



A PESTE EM EXU: A NARRATIVA DE CÉLIO RODRIGUES

*THE PLAGUE IN EXU: A NARRATIVE
BY CÉLIO RODRIGUES*

“Nossa felicidade está para sempre ameaçada
pois o bacilo da peste não morre nem desaparece
pode ficar dormente por anos e anos
em móveis e roupas aguardando sua hora em quartos,
em porões, em baús, em lenços e em pedaços de papel.
E virá o dia em que ...
para desgraça e ensinamento dos homens, a peste
acordará seus ratos e os mandará para morrerem numa
cidade feliz”.

Albert Camus,
A peste, 1947

Doença milenar em vários países do mundo, a peste bubônica chegou ao Brasil em 1898, tendo como porta de entrada o porto de Santos. Este acontecimento quase centenário motivou a criação do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), hoje Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Além de sua importância para a epidemiologia histórica, a peste foi ressaltada em romances, como o de Albert Camus. Junto a acontecimentos contemporâneos relativos ao controle da doença em nosso país, esses fatos são descritos pelo biólogo Célio Rodrigues em entrevista ao projeto ‘História e Memória do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães’.¹

A experiência narrada por este especialista em peste bubônica traz uma contribuição significativa para as reflexões acerca da história das ciências e das doenças em nosso país, pois expõe de forma singular um aspecto da ciência brasileira e em que condições se desenvolve fora dos grandes institutos de pesquisa.

Célio Rodrigues atuou no sertão pernambucano, a partir do início da década de 1960, iniciando seu trabalho em um lugarejo chamado Exu, como coordenador de uma

¹ Coordenado por Tania Fernandes e Antônio Torres Montenegro, o projeto vem sendo desenvolvido através de convênio entre a Casa de Oswaldo Cruz e o Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães/Fiocruz. Para os interessados em mais detalhes, a íntegra do depoimento de Célio Rodrigues está disponível para consultas no Acervo de História Oral da Casa de Oswaldo Cruz.

investigação sobre a peste orientada pelo Instituto Pasteur de Paris, em convênio com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Instituto Nacional de Endemias Rurais (Ineru), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, instituição que, em 1970, foi incorporada à Fiocruz.

As condições de trabalho eram bastante adversas à implantação e ao desenvolvimento de atividades de uma equipe de pesquisadores. Não havia luz elétrica, telefone, nem estradas de acesso ou pessoal especializado. Além disso, os conflitos entre as famílias do lugar eram sérios e o quadro epidemiológico no que se refere à peste era significativo para a investigação acadêmica. Esta experiência foi descrita em detalhes pelo entrevistado, que alia à sua memória a capacidade de explorar e enriquecer os acontecimentos com um leque diversificado de observações sobre o cotidiano.

Uma passagem da entrevista merece especial atenção, por se relacionar com a história da Fiocruz. O entrevistado reporta-se ao período da entrada da peste bubônica no Brasil e a conseqüente criação do Instituto Oswaldo Cruz, resgatando a versão dos contemporâneos de Oswaldo Cruz, que contribuiu claramente para a construção da identidade da própria Fiocruz ao longo de seus quase cem anos. Foram sete horas de lembranças, das quais selecionamos trechos relacionados à formação e experiência de Célio Rodrigues em pesquisas no controle da peste, desde seus primeiros estudos com roedores até a aposentadoria, quando se desligou da instituição.

Nossa opção pela abordagem da história de vida possibilitou ao entrevistado, diante do processo de reconstituição da memória, estabelecer relações que permitiram contextualizar e recriar suas vivências, fornecendo ao pesquisador e ao leitor dados que extrapolam o tema restrito da investigação. Como resultado desse processo obtivemos valiosa fonte documental: a narrativa singular deste personagem que dedicou grande parte de sua vida à saúde pública, trabalhando no sertão brasileiro. Com a palavra, Célio Rodrigues.

Tania Fernandes

Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz

Juventude petulante

Em maio de 1965, eu estava trabalhando no Instituto de Micologia da Universidade Federal de Pernambuco, quando um colega me disse: “Célio, o dr. Frederico Simões Barbosa, diretor do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, está precisando de alguém que entenda de roedores para trabalhar no sertão.” Eu perguntei: “Quanto estão oferecendo?” Ele respondeu: “Duzentos e cinqüenta mil cruzeiros, como pesquisador e duzentos e cinqüenta mil cruzeiros pelo convênio com a Sudene: quinhentos mil cruzeiros.” O salário como técnico de laboratório, nível II, no laboratório onde eu trabalhava era de cento e trinta e seis cruzeiros.

Eu olhei... assim... e disse: “Roedor, o que é roedor?” Eu sabia pela zoologia, mas... pensei: “Vou lá!” O dr. Frederico Simões Barbosa estava lá, moço ainda, e me perguntou: “Topa morar no sertão, trabalhar no sertão?” Respondi: “Agora mesmo! Quando começa o trabalho?” “Estávamos no mês de maio e ele disse: “Em junho. Topa?” Respondi: “Onde assino?” Voltei para o Instituto de Micologia pensando: agora dá para comprar um Gordini [marca de automóvel em moda, na época]. Não é possível que eu não compre um Gordini! Fiz um ofício. “Ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco. Eu, Célio Rodrigues de Almeida, técnico de laboratório nível II, matrícula ... lotado no Instituto de Micologia, tendo ingressado desde 1959 nesta universidade, e tendo concluído o curso de bacharelado e licenciatura em história natural ... como a universidade não tem condições de me absorver, e de me oferecer outras condições, solicito a minha demissão do cargo público.” Vejam a petulância do sujeito novo. Chegar a um lugar de técnico de laboratório nível II, da Universidade Federal de Pernambuco, por concurso público federal e sair com um contrato através de serviços prestados no Aggeu Magalhães. O diretor não aceitou. Mandou me chamar. Eu disse: “Estou saindo porque a universidade não tem condições para absorver a minha capacidade de trabalho.” Só um mês depois a situação foi definida... Aí começou a minha história no Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães.

O ingresso no Aggeu Magalhães e o estágio no Rio de Janeiro

Era junho de 1965. A primeira data, se não me engano, é 1º de junho. Cheguei lá e me explicaram: “Precisamos de um biologista. Está chegando uma equipe francesa para fazer uns trabalhos sobre a peste no Brasil. Você vai ficar aqui no Aggeu. Vai fazer um levantamento bibliográfico do que existe sobre peste.” Eu fiquei na biblioteca e comecei a fazer esse levantamento, esperando a equipe francesa.

A equipe francesa chegou e definiu-se que o trabalho ia começar em Garanhuns, Pernambuco. Comecei a ler, estudar tudo sobre o assunto. Começaram a aparecer as visitas e acompanhei com toda a honra o dr. José Rodrigues da Silva, que era diretor do Pavilhão Carlos Chagas, no Rio de Janeiro, e veio para Recife com a equipe francesa. Fomos para Garanhuns, e ele disse: “É necessário que você faça um estágio no Rio de Janeiro antes de começar esse trabalho.” Mandaram-me para o Rio de Janeiro, para o Museu Nacional. Cheguei lá, me apresentei ao dr. Rodrigues e ele me mandou falar com o professor Moojen de Oliveira, naturalista, o maior conhecedor da fauna rodentia do Brasil e um homem espetacular.

Era a primeira vez que eu ia ao Rio de Janeiro. Foram trinta dias de aula e treinamento. Hospedei-me no Hotel Ferreira Viana, na rua Ferreira Viana, um hotelzinho

ao lado do palácio do Catete. Cheguei na varanda, abri a porta, olhei para a rua e todo mundo cantava *O calhambeque*, música de Roberto Carlos. Eu nem sabia quem era Roberto Carlos, não era desta geração, estava com vinte e poucos anos... E todo mundo no Rio cantando "...meu calhambeque... meu calhambeque".

O museu ficava na Quinta da Boa Vista. Comecei o trabalho. O professor me recebeu e disse: "Aí está a coleção de roedores do Brasil. Em 1941 foi feito um levantamento: cinquenta mil exemplares, de todo o Nordeste. Está aqui o material. Você tem um mês para aprender a sistemática dos roedores." Entregou-me ao sr. Cruz, que era o técnico.

Ia de manhã e voltava à noite. Havia um detalhe com o qual eu vibrava: era o que se chamava paquera no Rio de Janeiro. A paquera, na época, não era como hoje: tinham os "cabras" transando ali nos jardins, atrás do museu e nós, no intervalo, à tarde, olhando com o binóculo lá do segundo andar. Ficávamos olhando a turma por detrás das árvores. Então nós chamávamos de paquera. Era o *voyeur*. E eu solteiro. Passei a gostar mais ainda do museu. A turma mais antiga dava dicas: "Sábado e domingo é que é bom !" Foi uma fase gostosíssima...

Quando faltavam quatro dias para terminar o estágio, o prof. Moojen, que ia sempre lá e orientava tudo, perguntou: "Já está pronto? Já conhece?" Eu disse: "Conheço de tudo aqui." Ele abriu a gaveta, pegou uns animais, espalhou na mesa e disse: "Agora você vai me dizer que animais são esses aí." Saí 'desfiando'. Ele me abraçou, deu parabéns e disse: "Você pode voltar para o Nordeste. Você já sabe muito!" Apresentei-me ao sr. Rodrigues da Silva e me mandaram de volta.

O início em Garanhuns

Foi um salto no escuro! Era um convênio com a Sudene, a verba era, se não me engano, duzentos milhões de cruzeiros. Era dinheiro que não acabava mais! O maior dinheiro que já entrou no Aggeu Magalhães: duzentos milhões. O meu vínculo era por 'serviço prestado'. Tinha um documento que dizia: "serviço prestado sem vínculo empregatício de acordo com uma lei de 1966". No fim do mês, eu assinava um recibo, nem imposto de renda descontava, e tinha um carimbo em cima, vermelho: "A Revolução é irreversível." Todo documento tinha este carimbo vermelho.

"A Revolução é irreversível.' Todo documento tinha este carimbo vermelho."

Passei a ganhar quinhentos mil cruzeiros na época. Era muito dinheiro. Voltei para Recife com status de estágio no Museu Nacional do Rio de Janeiro e com uma declaração do professor de que eu estava apto a exercer a pesquisa. Cheguei a Recife e cadê o trabalho? Os pesquisadores só vêm no próximo ano. E me disseram: "Você vai para Garanhuns para estudar, ver o local de trabalho e começar a pesquisar." Tinha um laboratório de peste em Garanhuns, no extinto Serviço Nacional da Peste.

Fui para Garanhuns na segunda-feira, no jipe, com o motorista. Ia segunda-feira à tarde e voltava sexta-feira. Ficava no Hotel Tavares Correia, mesmo tendo um irmão morando em Garanhuns. Tinha casa para morar, mas tinha que mostrar o status. Não pensei em economia, só em aproveitar aquilo que eu não tinha. Pesquisador não podia

estar na casa de parente. Tinha que mostrar que era pesquisador, e que era melhor do que todo mundo. Então o pessoal começou a me chamar de doutor. E perguntavam: “És médico?” “Não, biologista.” “O que é biologista?” Aí eu tinha que explicar. “Mas por que lhe chamam de doutor?” “Não sei, não sou doutor!... O motorista chamou, o outro ouviu e pronto. Os documentos oficiais tinham: dr. Célio Almeida. Me acharam com cara de dr. Célio Almeida.” O apelido pegou.

Comecei a montar o laboratório de peste e iniciei a construção de um biotério, mas sem saber realmente o que queriam. E correu muita história até chegarem os franceses.

O prefeito doou o terreno, montamos a base, mandei cercar e esperei que eles enviassem o dinheiro do material. Tinha um laboratório pré-fabricado no Rio de Janeiro para mandar para Garanhuns. Não sei o que aconteceu, só sei que chegou o material e não prestou mais para nada. Eu não mexi em dinheiro, não mexi em nada, apenas estava lá, como administrador do Aggeu Magalhães. Já para lá fazer os pagamentos, fazia tudo e não tocava em dinheiro. Recebia minhas diárias, recebia meu salário para estar lá administrando.

O Aggeu Magalhães comprou na época, com esse dinheiro, um caminhão, seis jipes e uma Rural Willis. O Aggeu Magalhães foi montado com esse projeto. Ficava na rua do Espinheiro e estava caindo aos pedaços por falta de verbas.

Quando os franceses chegaram e eu já estava em Garanhuns esperando. Não encontraram o biotério, mas um laboratório que não era o que esperavam. Reavaliaram e resolveram pelos estudos epidemiológicos que o trabalho ia ser em Exu.

Mandaram-me fazer o levantamento em Exu. Lá existia uma escola agrícola [construída na década de 1950] com uma área de 106 hectares na reserva florestal, vários pavimentos, pátio central, todo equipado: caneta, mata-borrão, clipe, cama, cozinha, roupa de cama, talher. Tinha tudo e não funcionava. O francês, muito vivo, dr. Baltazar, que era o chefe da equipe, tinha quase sessenta anos, homem forte, chegou, fez um levantamento epidemiológico da história da peste em Exu e verificou que era semelhante ao trabalho realizado no Irã. Eles tinham um trabalho muito profundo de pesquisa sobre a peste no Irã. Escolheram Exu como ponto de partida para essa pesquisa sobre a peste no Brasil, primeiro, porque ficava afastado dos grandes centros e, segundo, porque era afastado dos olheiros — aqueles pesquisadores que se aproveitam da situação e aparecem no trabalho. Ficava longe de tudo e dispunha dessa estrutura.

“Escolheram Exu como ponto de partida para essa pesquisa sobre a peste no Brasil, primeiro, porque ficava afastado dos grandes centros e, segundo, porque era afastado dos olheiros — aqueles pesquisadores que se aproveitam da situação e aparecem no trabalho.”

Não tinha estrada nem asfalto para Exu, ficava a setecentos quilômetros de Recife. Era o fim do mundo, tinha até história de briga de família. Eu disse: “Vou para esse trabalho, mas antes vou me casar. Não vou para Exu solteiro.” Já estava noivo e disse: “Minha esposa vai trabalhar comigo.” Em 1965, quando estava montando a estrutura, pediram dois biologistas e o rapaz que foi era muito burguês. Não estava acostumado à vida dura. Quando foi visitar Exu, desistiu. Minha noiva entrou substituindo este co-

lega. Pensei: “Agora dá certo, ela com o salário dela, eu com o meu. Os dois formados, querendo fazer pesquisa. Começaríamos bem uma vida.”

A mudança para Exu

Um dia cheguei no Aggeu e encontrei o diretor, dr. Frederico, e Arruda, o administrador, com o caminhão cheio de material para levar para Exu. O dr. Frederico disse: “Você tem que ir hoje para Exu. Eles vão chegar [os franceses] e tem que estar tudo em Exu esperando.” Eram 11 horas da manhã e quando terminaram de carregar o caminhão eram cinco horas da tarde. Apanhei minha esposa. Já eram sete horas da noite e na boléia do caminhão íamos eu, Alzira e o motorista. Este com a maior raiva do mundo — funcionário público, já estabelecido, oito horas da noite saindo de Recife num caminhão para Exu!...

É uma coisa que até hoje não entendi. Parece que escolheram o pior motorista para essa viagem. Quando chegamos em Vitória de Santo Antão, a quarenta quilômetros de Recife, o motorista disse: “Bom, eu não viajo à noite.” Saí daqui, num caminhão, oito horas da noite, para chegar em Vitória de Santo Antão, e o motorista parar e dizer: “Eu não viajo de noite, só viajo de dia.” Eu respondi: “Rapaz, por que você não disse isso lá? Agora vamos procurar um lugar para dormir.” O cara foi parar em uma pensão, para dormir, dentro da zona de Vitória de Santo Antão! Eu não sabia de nada. Aí descobrimos que era uma pensão de rotatividade. Ficamos eu e a minha mulher, sentados numa cama, os dois de lado, porque a cama era horrível, até que o dia amanhecesse para seguir viagem. Estávamos amarrados, na mão do motorista. Eu não tive idéia nenhuma de dizer: “Não! Você fica aqui, eu vou pegar um carro, um táxi.” Estava tão doido para chegar a Exu! Gastamos dois dias para chegar a Exu. Viajávamos durante o dia e à noite parávamos numa cidade. Chegamos a Ouricuri, a quase seiscentos quilômetros de Recife, faltavam sessenta para chegar a Exu, tudo de terra batida. Aí apareceu um rapaz vendendo um gato maracajá. Eu comprei o gatinho, e chegamos a Exu: eu, Alzira, o motorista e um gato. Chegamos puxando um gato pela corda. Não foi nem um cachorrinho. Quando chegamos lá, na casa que eu tinha deixado para pintar, ela estava do mesmo jeito. Aí a mulher olhou assim, sentou na bagagem, começou a chorar: “Quero ir para casa! Voltar!” Eu disse: “Agora não volta mais não, já veio até aqui.”

O começo em Exu

Começou então um trabalho muito pesado, porque era uma região completamente inóspita. Na época, 1966, não existia eletricidade, não existia água, e ninguém sabia o que era televisão.

Dentro desse contexto de falta de tudo, de comunicação até com a administração do Aggeu Magalhães, em Recife, se utilizava um sistema de radioamador ou telegrama. Recife ligava para mim, comunicando algum detalhe do trabalho ou da parte administrativa, um rapaz recebia o recado e mandava o moleque lá me chamar. Eu me deslocava da escola agrícola, onde estávamos situados, que ficava mais ou menos a um quilômetro — a escola agrícola não era no centro da cidade — e ficava aguardando esse telefonema.

Imaginem a dificuldade que tivemos para administrar um projeto com uma equipe de fora, estrangeira, que escolheu essa área pela dificuldade geográfica, e também porque

no levantamento epidemiológico da história de casos humanos de peste no Brasil ficou demonstrado que, toda vez que ocorria peste, os primeiros casos eram naquela região.

A escolha dessa localização foi porque lá parecia ser um foco fechado de peste, que se poderia estudar devido a barreiras ecológicas em torno da área. A cidade de Exu fica localizada no pé da serra do Araripe, uma chapada sedimentar com duzentos quilômetros de extensão e quarenta de largura, e a uma altitude de aproximadamente setecentos metros. No sopé dessa chapada, que é uma zona agrícola, tinham os brejos, onde ocorriam os casos de peste. Historicamente, desde 1917, os primeiros casos de peste aconteceram em Exu. Essa chapada era circundada pela caatinga, pelo sertão.

“A escolha dessa localização foi porque lá parecia ser um foco fechado de peste, que se poderia estudar devido a barreiras ecológicas em torno da área.”

E qual era o objetivo desse trabalho? Na época, existia uma controvérsia entre os pesquisadores, os pestólogos brasileiros. Aliás, era dogma mundial, de que a peste era uma doença de roedores domésticos, e não de roedor silvestre. Os roedores silvestres se contaminavam a partir dos roedores domésticos. Então todo caso humano de peste no Brasil, historicamente, era doméstico. Até esse grupo comandado pelo dr. Baltazar, da OMS, no trabalho no Irã, demonstrar que a peste era silvestre. E era por isso, talvez, que todas as campanhas contra a peste no Brasil ainda não tinham surtido efeito, nem evitaram grandes epidemias: porque o trabalho era estritamente direcionado aos roedores domésticos. E ele queria provar que a peste no Brasil estava relacionada à transmissão por roedores silvestres.

Os pestólogos brasileiros formados pela escola de Manguinhos, em 1941, no grande curso de microbiologia para médicos, iam fazer esse curso para trabalhar na campanha contra a peste, que era isolada, anteriormente. Era a Campanha Nacional contra a Peste. As campanhas eram baseadas no trabalho de combate à febre amarela, na época comandado pela Fundação Rockefeller. Era um sistema paramilitar. Era um trabalho ritual; só seria modificado de cima para baixo. Nem um guarda, nem um médico, nem um técnico poderia fazer nada que não estivesse dentro das normas, dos parâmetros estabelecidos pelo superior.

A entrada da peste no Brasil

Vou começar por uma história, para podermos chegar ao estudo que foi realizado em Exu. A peste no Brasil foi ‘importada’ na última pandemia, em 1898. Entrou pelo porto de Santos, em um navio vindo da Argentina, que já tinha ido a outros lugares. Morreram várias pessoas. No Brasil, ninguém sabia que doença era essa que estava grassando em Santos. E a peste é milenar. Estava presente na Europa, Ásia e África, mas o médico brasileiro não sabia o que era peste. Escreveram para o Instituto Pasteur em Paris pedindo um microbiologista de lá, para vir estudar isso. Eles escreveram dizendo que não precisava mandar ninguém de lá porque no Brasil tinha uma pessoa que conhecia o assunto, e chamava-se Oswaldo Cruz.

O presidente do Brasil na época era, se não me engano, Rodrigues Alves. Rodrigues Alves perguntou ao ministro: “Quem é esse Oswaldo Cruz?” Localizaram Oswaldo Cruz,

no Rio de Janeiro, e então ele foi desvendar o mistério daquele mal. Ele realmente chegou lá [em Santos] e conseguiu isolar o bacilo pestoso, provando que era peste. Foi então que a Fiocruz começou, na realidade, a grande pesquisa, o grande trabalho. A primeira publicação foi sobre a peste. Então foi fundado o Instituto de Soroterapia, porque o único tratamento que existia era o soro. A peste foi a mola mestra.

E a peste então se alastrou a partir do porto de Santos, logicamente por via marítima, e em todos os portos do Brasil houve casos de peste. Começou por Santos, depois Rio de Janeiro. Uma centena de casos logo no começo do século, em 1901, e Oswaldo Cruz apavorou-se e teria que fazer uma campanha para combater a peste bubônica, uma coisa nova. Começou a estudar, ler e verificar que realmente era uma doença que tinha matado um quarto da população da Europa, na Idade Média. E essa se caracterizou como a última pandemia, a terceira, que atingiu realmente todos os continentes, inclusive o americano.

Acreditamos que isto não irá acontecer mais, porque a Segunda Guerra Mundial veio resolver esse problema da importação da peste. Antes os navios eram de madeira, não havia higienização, nem trabalho de dedetização, não sabiam o que era inseticida. Esses navios eram portadores de ratos, e principalmente ratos domésticos, que vinham da África para o Brasil, ou da Europa. Com a Segunda Guerra Mundial, esses navios foram todos remodelados.

Mas a peste estava também no Rio de Janeiro, cidade turística, capital do Brasil, e era preciso combatê-la. Já se sabia, logicamente, que a transmissão era através das pulgas, através dos roedores: o roedor está doente, a pulga pica o roedor e daí pode picar qualquer mamífero, transmitindo a peste.

Inúmeros casos humanos ocorriam dentro da cidade do Rio de Janeiro. E o que chama a atenção na campanha de Oswaldo Cruz é que ele começou a fazer um trabalho de desratização, para acabar com os ratos do Rio de Janeiro. E não existia dedetização, não tinha nada, era na base de matar os ratos e, para isso, teria que capturar o animal. E como era impossível fazer esse trabalho foi criada uma campanha em que as pessoas entregavam o rato à carrocinha ou ao guarda. Os guardas sanitários da época vinham pela cidade recolher os ratos, que a população ia entregando, e se pagava um tostão por cada rato. Em um belo dia, um sujeito chegou em um órgão público com um recibo, eram os vales para receber a quantia de dez mil contos de réis pelos ratos, imagine! O rato custava um tostão. E perguntou-se: “Como é que ele conseguiu capturar todos esses ratos?” Foram verificar e ele tinha uma criação de ratos em Niterói e todo dia entregava os ratinhos lá. Essa história ficou célebre e pararam a campanha, porque não havia dinheiro para pagar tanto rato. Era uma mina, na realidade, criar ratos e entregar na carrocinha.

O que também chamou a atenção nessa grande campanha, que vamos chamar de desratização mecânica, era que vinha um sujeito com uma corneta, uma flautazinha, tocando, avisando que a carrocinha ia passar. E isso foi até motivo, se não me engano, de uma marchinha da época, acho que dos primeiros anos desse século. Se não me engano a música era assim: “Rato, rato, rato/por que motivo tu roeste o meu baú?” Ela foi baseada no cara da flautazinha que vinha, anotava, dava um recibozinho para depois receber o dinheiro.

A campanha estava paralisada e a peste continuava. Não tinha meio nenhum, ninguém sabia como ia tratar. Não tinha antibiótico. O tratamento era na base da soro-

terapia ou outros medicamentos paliativos como tratamento de febre etc. E a peste começou a se alastrar, chegou aqui em Pernambuco. O primeiro registro foi num escritório de advocacia. O advogado contraiu peste e morreu, em 1902. Aí surgiram outros casos e então Pernambuco começou a entrar nas estatísticas de casos de peste no Brasil.

Em todo o Brasil ocorreram esses casos. Então essa primeira fase, que chamamos de fase portuária da doença, começou a se alastrar por via férrea, para o interior do país. Então veio a chamada fase urbana ou urbanização da peste. Ocorreram casos de peste em 1902, 1911, 1914, 1917 desde Recife até municípios distantes, a trezentos ou setecentos quilômetros da capital. Em 1927, ocorreu a peste de Triunfo, onde morreram mais de mil pessoas. Um município pequeno, uma área de agricultura exclusivamente canavieira — porque a serra do Triunfo fica dentro do sertão —, era mata, mata e zona canavieira. E a peste continuou, apareceu lá no fim do estado, já no Piauí, no Ceará. Então encontrou a chapada do Araripe, que era lugar ecologicamente favorável à manutenção dessa doença. Tinha clima favorável, um período de inverno bom, lavoura boa, água, tinha roedor silvestre e a peste passou a coexistir com as populações silvestres.

O surto da década de 1930 e a criação da Campanha Nacional contra a Peste

Entre 1930 e 1936 aconteceu um grande surto. Muita gente morreu de peste no Brasil, o índice de mortalidade foi alto. Aí chegou o antibiótico, o inseticida e se racionalizou mais o trabalho. Era um trabalho muito rigoroso. O material era coletado e vinha para o laboratório urbano, em Recife, para examinar. Quando davam o resultado é que iam tratar. A peste é uma doença de alta mortalidade, com um período de incubação de seis dias, os primeiros sintomas surgem em 48 horas e o indivíduo pode morrer em cinco dias. Muitos pacientes morreram sem tratamento porque o guarda não podia administrar o medicamento e o médico também não: era um caso suspeito, tinha que ter a comprovação laboratorial para tratar, e isso causou muitos mortos.

“peste é uma doença de alta mortalidade, com um período de incubação de seis dias, os primeiros sintomas surgem em 48 horas e o indivíduo pode morrer em cinco dias”.

Mas toda campanha no Brasil ocorreu, principalmente, depois da criação do Serviço Nacional de Peste, com a grande campanha de 1941, porque até 1940 eram os estados que cuidavam da doença no país. Não havia um sistema formal de campanhas.

Em 1941 foram criadas as campanhas nacionais [Campanha Nacional contra o Câncer, Campanha Nacional contra a Tuberculose, Campanha Nacional contra a Peste etc.] e, em 1960, se não me engano, foi criado o DNERu [Departamento Nacional de Endemias Rurais], e depois a Sucam [Superintendência de Campanhas], atual Fundação Nacional de Saúde. Então essas campanhas foram sendo verticalizadas. E a campanha de peste foi muito importante. Foi feito um grande trabalho de levantamento de roedores, pelo dr. Moojen, em todo o Brasil. Foram coletadas mais de cinquenta mil espécies de roedores. Todos esses exemplares foram classificados. A maioria deles está no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Foram preparados grandes laboratórios nas regiões onde havia peste, com toda uma estrutura só para isto: guardas, médicos. E então começou um trabalho de combate à peste, porque ela já estava se alastrando por todo o interior de Pernambuco. O trabalho consistia no tratamento do doente, notificação de tratamento de doente e desratização, que era feita caçando o animal, porque não tinha outra maneira. Utilizava-se, também, o lança-chamas. Quando surgia algum doente, ele era tirado de casa, metiam o lança-chamas e acabavam com a casa, porque tinham que acabar com o foco de peste. Então a pessoa perdia a casa. Não sei se era indenizada ou não.

Esse lança-chamas era utilizado para destruir as tocas dos roedores, ou queimar a casa dos pacientes pestosos, porque não tinha inseticida para acabar com as pulgas. Depois disso se usava o querosene com sabão e água — colocavam na casa para matar as pulgas. Com a Segunda Guerra Mundial surgiu o antibiótico, depois o inseticida, principalmente o DDT. Em 1947-49 o Brasil já o estava utilizando. Começaram a utilizar o DDT para acabar com a pulga e, posteriormente, todas as campanhas passaram a utilizá-lo. Era altamente poluente, causava intoxicação e poluía o ar. Muitos guardas ficaram completamente inválidos pela ação tóxica do DDT. A campanha ficava restrita aos laboratórios de Recife, Garanhuns e Triunfo, voltada para os exames dos roedores domésticos e dos doentes, toda vez que surgia esse ciclo. A peste obedece a um ciclo sazonal e histórico, que varia de dois a dez anos.

Por isso a epidemia tinha períodos de interrupção, e talvez não fosse nem o controle, mas a própria doença que havia completado esse ciclo.

A incorporação da Campanha Nacional contra a Peste ao DNERu

A campanha estava assim: tinha muitos médicos, todas as equipes formadas, viatura e um laboratório bem montado. Como a peste deu uma ‘esfriada’ acharam que tinham controlado a doença no Brasil. Ao ponto de o ministro da Saúde em 1958, se não me engano era Mário Pinoti, decretar que não tinha mais peste no Brasil. Os casos que aparecessem esporadicamente não seriam notificados; erradicaram a peste no Brasil. Isto significou a quebra dos laboratórios, a retirada dos médicos para outras campanhas e a permanência de um serviço muito elementar mantido por guardas ou algum médico dedicado dentro de cada distrito que atendia esses casos. A Campanha Nacional contra a Peste foi incorporada ao DNERu, fazendo parte de uma das endemias. Perdeu a força de campanha isolada com toda a sua estrutura básica.

Em 1961, a peste recomeçou na mesma localidade, aqui em Pernambuco, no sertão e no agreste. Mas encontrou despreparados os laboratórios, o guarda e o médico. O gráfico do número de casos, no Brasil, em 1964, já estava no mesmo patamar das ocorrências de 1935. Nesse período de silêncio, pelo uso de inseticida e antibiótico, a peste diminuiu, mas o trabalho também foi desativado, então ninguém sabe quantos casos ocorreram e não foram registrados.

Os pesquisadores franceses em Exu

Quando surgiram esses casos de peste o dr. Baltazar, do Instituto Pasteur, foi convidado para investigar a questão da doença no Brasil. Ele veio, fez uma visita a todos os focos e terminou escolhendo Exu — a chapada do Araripe — como o ponto inicial de sua pesquisa. Isso gerou um problema administrativo, uma ciurmadá com os pestólogos daqui,

porque mandaram buscar uma equipe de fora para estudar a peste no Brasil. Já havia a história do prof. Attilio Maquiarello, um argentino que veio ao Brasil fazer um estudo semelhante, que gerou polêmica com os pestólogos brasileiros. Quando da vinda dos dois pesquisadores da França, chefiados pelo dr. Baltazar, encontraram essa animosidade dos pestólogos, os médicos antigos, que eram os donos, os ‘papas’ de peste no Brasil.

Os objetivos deste trabalho eram exatamente determinar se a peste no Brasil era doméstica ou silvestre. Isso era uma polêmica, porque os médicos, desde 1941, trabalhavam num outro sistema. Mas o detalhe, na parte administrativa, é que o dr. Baltazar chegou certo de que estava tudo arrumado no Brasil e que ia encontrar médicos — os pestólogos — para trabalhar com ele. Mas a turma era de fazer reunião no Rio de Janeiro, e, na hora que ele escolheu Exu, deixaram o homem sozinho.

“Os objetivos deste trabalho eram exatamente determinar se a peste no Brasil era doméstica ou silvestre.”

Ele chegou a Exu, encontrou a mim e Alzira, que tínhamos sido contratados como biólogos para aprender, para começar o trabalho junto com ele. Era a turma nova que iria fazer a escola, e ele contava comigo, contava conosco. E o que aconteceu? A malandragem nossa, de brasileiro — faz parte de nossa índole —, a maioria deles, não vou citar nomes porque não interessa, se utilizou desse projeto para ir visitar a Rússia, o Irã, e foram a passeio a Paris, e prometeram mundos e fundos. Foram a Exu, inclusive chegaram lá, acompanharam a equipe, e com oito dias desapareceram. Ficaram o dr. Baltazar, os drs. Bhamaniar e Y. Karimi, médicos iranianos, o dr. Petter, ecologista do Museu Nacional de História Natural de Paris, o prof. Claude Quentin, parasitologista, eu e Alzira. Nós sem sabermos falar francês.

Cheguei a Exu e contratei praticamente vinte pessoas para fazer o trabalho de campo. Depois, o dr. Baltazar começou a orientar. Imagine, a setecentos quilômetros, os homens querendo comunicação com o Brasil, com o Rio de Janeiro ou com Recife e todas as dificuldades que tínhamos. Então começamos a improvisar o trabalho.

“E eu no meio dessa guerra sem saber do problema. Assisti a tiroteio e fui a muitos velórios.”

E as polêmicas foram grandes. Eu e Alzira, numa situação difícil, tínhamos que agradar aos brasileiros e à equipe francesa com as dificuldades que eles encontravam nesse trabalho. Mas o trabalho foi desenvolvido, e um problema seriíssimo foi porque nós chegamos na época das grandes brigas de Exu. Sem conhecer nada, sem conhecer as famílias, e cada família — Alencar e Sampaio — ia nos chamar para render as homenagens, “doutor” para lá, “doutor” para cá, e cada um queria mostrar serviço, e a briga entre eles pesava mesmo. E a equipe que eu formei foi contratada com pessoal das duas famílias, e o pessoal andava armado dentro da viatura. Tinha a escalação dos sítios: para tal sítio, tal guarda não podia ir porque era do outro. E eu no meio dessa guerra sem saber do problema. Assisti a tiroteio e fui a muitos velórios.

Como eu já tinha uma certa experiência de cidade do interior, fazia amizade com um e com outro e logicamente não podia ficar no meio do caminho, tinha que tomar um partido. Não um partido político. E me aproximei de uma das famílias porque um dos colegas meus lá da Casa do Estudante era filho de Exu e médico, e estava trabalhando lá como médico. Depois, ele foi obrigado a fugir da cidade. Então, realmente, eu encontrei esse apoio nessa família, e a outra ficava tentando me conquistar.

A caça ao rato silvestre

Nosso trabalho era pesado. Saíamos de manhã com duas mil ratoeiras, distribuíamos as ratoeiras no campo e, à tarde, voltávamos. Imaginem: uma região sem estrada, com ‘caminhos’ para chegar em determinado ponto, e a dificuldade desse pessoal trabalhar. Era um pessoal sem instrução, já numa faixa etária de mais de vinte anos, agricultores sem instrução nenhuma. As ratoeiras eram distribuídas por um critério de varredura: colocava-se uma ratoeira numa localidade, no outro dia se mudava para outra localidade e assim pudemos ir conquistando esse espaço. Chegamos à conclusão, como resultado do trabalho, que já conhecíamos a principal espécie de roedor, o responsável pela peste em área rural e qual o tipo de armadilha, de ratoeira, que seria importante para esse animal. Só esse tipo de trabalho levou uns dois anos de pesquisa.

Nós detectamos peste silvestre, isolamos o bacilo pestoso (*Y. pestis*) entre as várias espécies de pulgas dos roedores silvestres, e ficou definido, nos primeiros relatórios, que a peste no Brasil era silvestre. Isso já causou rebuliço. Tinha também um trabalho de epidemiologia: rastreamento dos casos humanos de peste e conhecimento do foco de peste, porque ninguém conhecia um foco de peste no Brasil. Não existia nenhum trabalho de foco mostrando a propagação de peste no Brasil.

“Nós detectamos peste silvestre, isolamos o bacilo pestoso (*Y. pestis*) entre as várias espécies de pulgas dos roedores silvestres, e ficou definido, nos primeiros relatórios, que a peste no Brasil era silvestre. Isso já causou rebuliço.”

Então os franceses se revezaram, a cada ano voltava um. Eu e Alzira ficamos lá ‘tocando o barco’. Não tinha nada lá, então passamos a ser médicos, passamos a ser tudo na vida. Nós mesmos atendíamos os doentes, tratávamos e colhíamos o material. Tinha a parte de laboratório e a parte de campo. Eu fiquei com a administração do pessoal de campo, porque era a minha área, de ecologia e roedores, e Alzira ficou com a parte de microbiologia, no laboratório, realmente do que ela gostava. Então o trabalho ficava dividido, e a rotina era pesadíssima, porque chegavam com essas ratoeiras todas, mais ou menos às nove, dez horas da manhã no laboratório, descarregavam e voltavam para fazer nova mudança. Tínhamos que trabalhar com esse material à tarde porque à noite não tinha eletricidade. Nós tínhamos um motor a óleo diesel da própria escola, e conseguíamos ter umas duas horas de eletricidade durante a noite. Aí fazíamos trabalho de bacteriologia, mas no começo não tinha chegado estufa, e improvisamos. Tinha muito trabalho improvisado. Mas tinha o microscópio, que era a base, o mais importante, e tinha o meio de cultura, e começamos o

isolamento. Desse modo, nosso trabalho começou a ser divulgado, e passamos a trabalhar e a expandir as ações em torno da chapada do Araripe, atingindo o Piauí, o Ceará e a serra do Triunfo.

A crise financeira

Surgiu um detalhe administrativo. Um belo dia recebi um telegrama dizendo que não tinha mais dinheiro para pagar o pessoal. Eu, com vinte homens trabalhando, senti que não podia parar, porque eu trabalhava com responsabilidade não só internacional, mas perante os outros. Fui ao comércio local, disse aos fornecedores que me responsabilizaria quando chegasse o dinheiro do pessoal, eles seriam pagos. Poderiam vender na base da 'caderneta' (anotado para pagamento posterior). Foi um ato muito perigoso, mas eu confiava. E, para encurtar a história, passamos sete meses sem receber dinheiro. Com vinte homens trabalhando, todo mundo comprando na caderneta em cada local. Um belo dia, foi resolvido, se não me engano só se passaram sete meses, e conseguiram uma verba. Depois passou para a Fiocruz e melhorou, já se conhecia o pessoal do Rio de Janeiro, já se tinha um relacionamento bom, porque tinha o dr. Celso Arcoverde [sanitarista do DENERu, especialista em peste], e o diretor do INERu [Instituto Nacional de Endemias Rurais], médico e um dos maiores pestólogos que o Brasil teve. Arcoverde era contra esse trabalho, mas dava todo o apoio. E tivemos visitas importantes em Exu: o pessoal do Rio de Janeiro, para conhecer esse trabalho, como críticos, por curiosidade, ou se aproveitando da coisa toda. Em Exu não tinha hotel, e quando iam visitas, logicamente, tinham que ficar na nossa casa.

Na época eu era empolgado, novo, com um trabalho direito, que eu gostava, um trabalho de campo. Trabalhava sábado, feriado, dia santo, quando se parava algum dia era quando o trabalho diminuía, porque não tinha realmente o que fazer. Então, fim de semana, um sábado e domingo, ia tomar banho numa bica, ia a uma fazenda convidado para o almoço. Era o máximo que a gente fazia. O que ajudou muito na parte comercial do trabalho foi o Crato, que era próximo, a sessenta quilômetros, e já tinha certa estrutura. Não tinha asfalto, era estrada de barro, mas íamos toda semana, comprar, consertar o carro etc. Porque Exu não tinha nada: nenhuma loja que emitisse nota fiscal e, para fazer qualquer compra lá, usávamos 'química' para transformá-la em serviço de terceiros para facilitar.

Tinha uma feira no Crato onde fazíamos compras. Pedimos ao mascate que trazia mercadorias para a feira de Exu que trouxesse verduras. O pessoal da cidade não sabia o que era uma cenoura ou batata-inglesa! Começamos a tentar modificar um pouco essa estrutura. Fomos obrigados a ensinar no colégio. Ensinávamos francês, matemática, biologia, tudo para ajudar o colégio a formar aquele pessoal.

A ausência dos pesquisadores franceses

O trabalho foi prosseguindo, com dificuldades desse nível, e em 1967, ou 1968, não me lembro mais, foi se desenvolvendo e começamos a escrever um relatório. Até 1967, ou 1968, os franceses estavam lá. Depois ficamos sozinhos: eu, Alzira, os guardas e o motorista para tocar esse plano de trabalho. Todo mês mandávamos os relatórios para a França e, circunstanciados nos resultados, eles nos orientavam de lá no que íamos fazer.

Em 1971, o dr. Baltazar morreu. Ele esteve em Exu, fez uma visita e, de volta para a França, teve um câncer pulmonar e morreu em dois meses. Ficamos órfãos, pois ele era o único que nos defendia. E entre os iranianos, com a Revolução do Irã, um foi exilado e outro ficou sem poder sair de lá, porque era a favor do Xá. Aí perdemos o contato com esse pessoal. Quem assumiu no Instituto Pasteur a parte de epidemiologia foi o dr. Mollaret, epidemiologista, substituindo o dr. Baltazar. Mas não contribuiu com muita coisa.

“Modificamos com essa pesquisa todos os tabus que existiam no trabalho sobre a peste. Muita gente ficava criticando, não gostava do trabalho ou queria acabar com ele.”

Esse trabalho saiu do perímetro de Exu. Fizemos toda a chapada [do Araripe] e trabalhamos em Triunfo. Fizemos expedições à serra da Ibiapaba, no Ceará, onde estava ocorrendo outro surto de peste. Saí de Exu com duas viaturas, o microscópio, todo o material e fomos a Guaraciaba do Norte (CE). Passamos um mês lá na chapada da Ibiapaba, encontramos roedores infectados, elucidamos o problema e voltamos.

Modificamos com essa pesquisa todos os tabus que existiam no trabalho sobre a peste. Muita gente ficava criticando, não gostava do trabalho ou queria acabar com ele.

O primeiro Congresso Científico

O que modificou muita coisa foi o Congresso Brasileiro de Medicina Tropical em Fortaleza, em 1971. Fui convidado, já com o pessoal cobrando que tínhamos que apresentar o resultado do trabalho. Preparei, se não me engano, sete trabalhos. Peguei o carro do Aggeu Magalhães, e saímos de Exu para Fortaleza, para o congresso. Era a primeira vez que ia apresentar os trabalhos de Exu. Cheguei lá e estavam todos os pestólogos reunidos: a turma que estava criticando, mas que não conhecia o trabalho de Exu. Uns conheciam, outros não.

Inocente, cheguei e estava o diretor do Aggeu Magalhães da época, o dr. Saul Tavares de Melo, e esse pessoal todo reunido para acabar com o trabalho. Eu era um palestrante numa mesa-redonda. Comecei a traçar os tópicos do que se fizera em Exu até aquele momento: era uma prestação de contas à sociedade científica, e senti que o circo estava armado. Quando terminei minha palestra, o dr. Marcelo Guimarães levantou-se e desceu a lenha no dr. Baltazar e no trabalho de Exu. Ele era do Ceará, foi delegado federal de saúde e era pestólogo — era dele o único livro sobre a peste no Brasil, *A peste bubônica*, onde retrata toda a história da peste no país. Acompanhou as epidemias de peste no Ceará e era um dos que não acreditava que a peste era transmitida através da pulga do roedor silvestre. Senti que tinha caído numa armadilha. Eu, um homem experiente, do ponto de vista do trabalho, saí para o congresso vibrando, para mostrar o que se fizera, chego lá e encontro um negócio pesado desse. Senti o problema, me levantei e disse: “Bom, a partir de hoje, não vou participar mais do congresso. Os sete trabalhos que eu trouxe, não vou apresentar, porque não fui convidado para ouvir coisas contra aquela pessoa [dr. Baltazar] que ajudou o trabalho em Exu. E o senhor, que nunca foi a Exu, não pode discutir o trabalho dele, não pode

dizer que está errado. O que eu posso fazer é convidá-lo para ir a Exu ver os nossos trabalhos.”

A discussão era sobre a transmissão. Diziam que a peste não era silvestre, que a pulga silvestre não era boa transmissora. O dr. Rolando Simon, de Maceió, tinha feito um trabalho experimental provando que essas pulgas não tinham valor nenhum, não podiam ser consideradas um bom vetor. Mas era apenas uma questão de metodologia. Nós tínhamos uma criação de pulgas que se encontrava na 18ª geração, para fazer teste de sensibilidade a inseticida. Essa criação de pulgas existe ainda hoje no Aggeu Magalhães. Não as mesmas de Exu, lógico, mas outras para trabalhos experimentais. Então tínhamos um embasamento científico muito grande, porque era um trabalho do dia-a-dia. Diante disso, disse que não iria mais freqüentar o congresso.

Peguei o carro e fomos para a praia. Estávamos eu, a Alzira e Darci Pascal Brasil, biólogo, contratado para compor nossa equipe e que tinha ido conosco ao seu primeiro congresso, e o motorista. O carro na porta e a gente comendo uma ‘peixadazinha’. Quando eu olho aparecem três carros pretos oficiais: um do diretor regional da Sucam do Ceará, no outro o dr. Celso Arcoverde e um terceiro com o dr. Saul Tavares. Chamaram-me para apresentar o trabalho. Eu disse: “Não, não vou não. Não vim aqui para isso. Não tenho obrigação de acompanhar vocês. Não vou de jeito nenhum!” Aí foi um bate-boca com o dr. Celso Arcoverde. E à noite as autoridades foram lá no hotel me chamar para participar, dizendo que o dr. Marcelo iria rever aquela sua posição. Respondi: “Não vou mais de jeito nenhum. Agora eu já disse e não vou mesmo. Vou recolher o meu trabalho para Exu.” Deixei que terminasse o congresso, não apresentei nenhum trabalho e voltamos para Exu. E pensei: agora seja o que Deus quiser. Já estava sem muita estrutura, com dificuldades para conseguir dinheiro para continuar as pesquisas.

O reconhecimento científico

Voltamos para Exu e um belo dia chegaram, no fim de semana, o dr. Frederico Simões Barbosa e o dr. Celso Arcoverde — que estava respondendo pelo INERu — e outro pessoal para avaliar os trabalhos. Expus todos aqueles trabalhos que iam ser apresentados no congresso. Eles fizeram um plano de levantamento dos dados e voltaram para o Rio de Janeiro. Conseguiram mais verba e daí em diante o dr. Celso [Arcoverde] começou a nos ajudar, tornou-se um grande amigo nosso. Ele nos convidou para ir ao Rio de Janeiro, para conhecermos o INERu, e nos propiciou uma viagem a Friburgo, para conhecer um foco de peste. E então começou essa aproximação. Aí viram a necessidade de melhorar o pessoal de Exu, dar maior qualificação para continuar com esse trabalho. E a missão dele em Exu, ele me disse depois, era acabar com o trabalho, mas quando chegou lá, em um dia de domingo, e nos encontrou trabalhando, desistiu. Que condições esse homem tinha para acabar com um trabalho desses? E ele passou a ser um padrinho nosso.

“Hoje em dia, se a pessoa fechar os olhos, em qualquer lugar desses, não sabe se está em Exu ou em Minas Gerais, porque a metodologia foi a mesma, visando colher dados e obter resultados científicos, para se entender os focos de peste no Brasil.”

Começaram a perceber que o trabalho de Exu tinha consistência, e estava começando a servir de modelo ao nível nacional. Começaram a depender de nós: entrávamos com a orientação científica e a Sucam com a estrutura logística. Dentro desse contexto, nós organizamos toda a estrutura do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco. A Bahia já tinha uma estrutura muito grande, mas ajudamos. Em Alagoas, tentei montar o esquema, mas não funcionou porque não tinha pessoal. E por último tinha o Rio de Janeiro, lá no foco [de Friburgo] que visitamos. A estrutura de lá também foi montada sob nossa orientação. O foco de Minas Gerais estava abandonado. Em 1989 estivemos lá, preparamos o pessoal, que agora está com um trabalho independente.

Hoje em dia, se a pessoa fechar os olhos, em qualquer lugar desses, não sabe se está em Exu ou em Minas Gerais, porque a metodologia foi a mesma, visando colher dados e obter resultados científicos, para se entender os focos de peste no Brasil.

Começamos a ser conhecidos pela Fiocruz, graças a um dos maiores presidentes da fundação, o dr. Vinícius da Fonseca, economista, mas um homem que teve visão administrativa. Pegou a fundação acabada, depois da gestão do dr. Rocha Lagoa. A fundação estava morta, não tinha mais nada lá e ele a dinamizou. Se não me engano, ele era afilhado de um ministro, que era parente dele e deu toda a força. Eu chegava ao ponto de receber telegrama em Exu convidando para reuniões no Rio de Janeiro. Inclusive, quando o Aggeu Magalhães ficou sem diretor e o dr. Dirceu substituiu o dr. Saul, nós fomos convidados, eu e Eridam [Coutinho], para indicar o novo diretor do Aggeu Magalhães. Indicamos o prof. Ageu Magalhães Filho [filho do patrono do CPqAM], que ainda estava na universidade, para ver se ele, junto com a universidade, poderia melhorar o [Centro de Pesquisa] Aggeu Magalhães.

Foi o grupo de Exu que manteve o Aggeu Magalhães durante quase dez anos, publicando trabalhos científicos. O Aggeu Magalhães tem dez anos na sua história sem publicar trabalho, sem nada e nós é que mantínhamos a produção. Com poucos pesquisadores, porque o Aggeu Magalhães foi desestruturado, muitos pesquisadores saíram e o substituto do dr. Frederico foi também sanitaria indicado pelo dr. Celso Arcoverde: dr. Saul Tavares de Melo, que era um homem direito, um sanitaria, mas não era um pesquisador. Ele dirigiu o Aggeu Magalhães durante um grande período e realmente houve uma queda da produção científica. Era pequeno o número de pesquisadores, tinham quatro, cinco ou seis: eu em Exu com Alzira, depois colocaram mais dois pesquisadores para nos ajudar em Exu e tinha aqui no Aggeu Magalhães, se não me engano, a dra. Eridam, o dr. Dirceu, poucos pesquisadores.

“Quando colocávamos as duas mil ratoeiras chegávamos a ter uma média de 40% de captura de roedores, cerca de oitocentos animais por dia.”

Uma das medidas econômicas mais importantes desse projeto foi a eliminação da aplicação de inseticida, como se utilizava rotineiramente: passamos a utilizá-lo somente quando era necessário. Baseado no teste que realizamos em Exu, de sensibilidade ao inseticida, demonstramos que as pulgas de casa estavam resistentes ao inseticida, ao DDT. Aí fizemos uma rotatividade no inseticida: passamos do DDT para um derivado do carbonato. Tinha um efeito residual mais curto, mas funcionava como inseticida.

Outra coisa também é que, com a metodologia do trabalho, já sabíamos qual o roedor mais importante da transmissão da peste no campo. Em Exu hoje, uma equipe com viaturas, quatro guardas e seis ratoeiras cobre praticamente o município todo. Pela metodologia aplicada não precisaria trabalhar em toda a área. Apenas por amostragem.

No início do trabalho, quando colocávamos as duas mil ratoeiras, dependendo da época do ano, chegávamos a ter uma média de 40% de captura de roedores, isto é, cerca de oitocentos animais por dia.

A experiência em Paris

O trabalho começa a dar frutos, frutos nem sempre econômicos. Vamos viajar. Fui com Alzira a Paris fazer esse estágio de três meses. Na realidade, oficialmente eram três meses, mas passamos seis meses na França. Alzira foi também como pesquisadora. Fomos trabalhar no laboratório de microbiologia no Instituto Pasteur com Michel Alonso, que hoje é um dos papas na área de biologia.

Passamos três meses fazendo turismo e trabalhando no laboratório. Comecei lá, nesse período, um trabalho de campo mesmo, no interior. Tem mais histórias. Um camponês me apresentou a uma pessoa: “Esse aqui é brasileiro.” Ele olhou assim, e perguntou: “E o Brasil tem gente branca, é?” Perguntou onde eu morava, se o pessoal não tinha medo de andar na rua e encontrar jacaré, onça. Para o francês de classe média, agricultor, o pessoal do campo que nem sabe que existe Brasília, sabe que existe Brasil, mas não tem idéia nenhuma de capital, de área geográfica, isto aqui é terra de índio. Isso em 1975. Aí me perguntou: “É verdade que vocês lá usam café para aquecer as locomotivas?” E realmente aconteceu isso no Brasil. Eu disse: “Do mesmo jeito que nós, lá de Pernambuco, achamos que vocês em casa abrem a torneira e tomam vinho, que isso é mineral encanada.” Ele começou a rir. Mas realmente houve esse processo no Brasil. No auge da produção de café, a safra era imensa, o preço ia lá embaixo, e tinha que diminuir o estoque. Na França eles fazem muito isso com os cereais: sacodem no mar para poder controlar a produção. No Brasil usava-se o café nas marias-fumaça para queimar e servir de lenha para as caldeiras. Isso é o que se conta. Depois vem a parte da erradicação do café: erradicaram o café do Brasil todinho para alguém poder ganhar dinheiro com isso. Agora estão replantando o café no Brasil.

Bom, tem um detalhe da França. Nós estávamos num laboratório e, nesse dia, avisaram que o ministro da Saúde do Brasil estava visitando o Instituto Pasteur. Era Paulo de Almeida Machado. Pela primeira vez, fui apresentado a um ministro. Foi preciso ir até a França para ver um ministro do Brasil. O dr. Almeida chegou lá, nos apresentaram e ele se entusiasmou. Começamos a contar a história de Exu, e ele perguntou: “Vocês têm condições de trabalho lá?” Eu respondi: “Não, trabalho na base do sacrifício, da disponibilidade do Aggeu Magalhães, da Fundação Oswaldo Cruz.” “E o que vocês pretendem fazer?” “Estamos pensando em sair de Exu e ir para Garanhuns.” Porque Garanhuns ficava mais próximo de Recife, a poucos quilômetros, e era também uma área de peste que não tinha sido estudada e tinha um laboratório de apoio. Aí, ele disse: “Vou mandar construir um laboratório para vocês lá.”

O laboratório de Garanhuns e a técnica americana

Fomos transferidos para Garanhuns e o plano era o seguinte: montar um laboratório central. A Sucam assumindo um contrato junto à Fiocruz: a Sucam aparelhava o laboratório, e a fundação — o Aggeu Magalhães — daria a estrutura.

Fomos para Garanhuns. Um belo dia chegou um sanitarista de Brasília dizendo que tinham dado carta branca para construir um laboratório, no terreno em que nós já estávamos trabalhando. Ele chegou e perguntou: “Como é que vocês querem o laboratório?” Traçou logo o mapa, me baseei um pouco no laboratório da [Universidade] Gama Filho. Traçamos um croqui do que era e entregamos a ele. Pouco tempo depois começou a se construir esse laboratório. Em menos de um ano estava construído e montado para fazermos a pesquisa no campo da peste.

“Vieram pesquisadores dos Estados Unidos para fazer a parte de sorologia, porque o francês não acreditava na sorologia, na época um teste de cunho inespecífico.”

Eu era coordenador do projeto. De vez em quando, era chamado ao Rio de Janeiro para participar daquelas reuniões que seriam as Câmaras Técnicas hoje. Vieram pesquisadores dos Estados Unidos para fazer a parte de sorologia, porque o francês não acreditava na sorologia, na época um teste de cunho inespecífico. Mas o americano já estava fazendo a sorologia, que era identificação passiva, que dá o diagnóstico da peste sem precisar utilizar a bacteriologia, mais demorada, mais complicada. Surgiu, então, uma bolsa para Alzira estudar a parte de sorologia nos Estados Unidos e ela passou um mês lá.

Garanhuns começou a ser o ponto de atração. Já se podia ir visitar, tinha hotel cinco estrelas, era cidade de veraneio. Todo mundo começou a se interessar. Já valia a pena sair do Rio de Janeiro para ir a Garanhuns.

Chegamos a Garanhuns e começamos a pesquisar toda a área: 23 municípios. Comecei a andar e entender por que a peste tinha desaparecido da região do agreste. O último caso tinha sido em 1964, estávamos em 1975 e ainda não tinha nenhum registro de peste em Garanhuns. Começamos a trabalhar. Um trabalho também pesado, porque eram 23 municípios para se trabalhar ao mesmo tempo, e eu com apenas duas equipes. Mas tinha a experiência de Exu, já passei por tudo. A região de Garanhuns é uma região de transição: tem uma parte do sertão, outra do agreste e uma parte da mata. Um dos motivos da peste não ocorrer mais no agreste é porque houve uma mudança de atividade: deixou de ter agricultura para ter atividade pastoril, por causa das fazendas. O pessoal comprava os sítios e transformava em fazenda.

“Através da sorologia, mostramos que a peste estava circulando, e continua a circular em toda essa área do Brasil.”

No momento em que compravam os sítios, tornava-se um latifúndio e a primeira coisa que faziam era destruir as casas dos moradores. Não iam plantar nada, não precisavam ter casas. Contratavam um administrador a cavalo para tomar conta do gado, no

máximo duas ou três pessoas. A área agrícola foi desaparecendo; os pés de serra que eram o celeiro de Pernambuco, de cereais, feijão, milho, foram desaparecendo. Encontramos ainda bolsões de agricultura, onde chegamos a encontrar peste. Mas caso humano mesmo não ocorreu. Mas a peste não desapareceu.

Através da sorologia, mostramos que a peste estava circulando, e continua a circular em toda essa área do Brasil. Onde teve história de peste, ela continua circulando num nível muito baixo, que não dá para atingir a população humana. É um fenômeno ainda a ser estudado: você faz sorologia em carnívoro, principalmente gato e cachorro, e dá positivo. O americano utilizava esse método para pesquisar a epidemiologia. Em vez de capturar o roedor, o que dá mais trabalho, fazia a enquete sorológica. Então começamos a usar a sorologia também como uma arma para a pesquisa biológica. Acho que atualmente já existem mais de cem mil soros coletados, desde 1984, quando começou mesmo a fase da sorologia.

Nesse período Alzira foi para os Estados Unidos aprender a técnica de desenvolvimento do antígeno. Implantou-a no Brasil e conseguiu então, pela primeira vez na América do Sul, preparar o antígeno da fração F1 de peste. Neste ano [1966], ela passou quase dois meses no Peru, e lá foi produzido o antígeno. Na América do Sul, não conheci nenhum foco de peste.

A história de Garanhuns foi isso. O laboratório central de peste de Garanhuns era uma mistura administrativa do Aggeu Magalhães e Sucam. Começou a ser um laboratório-escola. Dávamos cursos em Garanhuns para o pessoal de todo o Brasil que estava interessado em peste e a profissionais que trabalhavam com roedores, em zoológicos. Tinha auditório, sala, tudo estruturado. Permanecemos em Garanhuns até 1982. Aquela foi uma fase áurea. Ficamos conhecidos e éramos chamados para dar palestras, e todo o pessoal do Brasil ficava sabendo que existia o laboratório com cursos e mais cursos.

De volta a Recife

Garanhuns chegou num ponto que também não tinha mais condições para evoluir em pesquisas de ponta nas áreas de bacteriologia e biologia molecular. Precisava de tecnologia de ponta. Foi quando a fundação começou a se modificar também, na gestão do dr. Sérgio Arouca.

Quem não fizesse biologia molecular não era pesquisador. Aí começaram os meus problemas do ponto de vista psicológico: senti minha defasagem. Enquanto os colegas obtinham títulos fazendo mestrado, doutorado, estávamos em Exu — nosso ‘mestrado’ foi em Exu.

“Enquanto os colegas obtinham títulos fazendo mestrado, doutorado, estávamos em Exu — nosso ‘mestrado’ foi em Exu.”

Pedimos transferência para Recife. Em Garanhuns ficava o laboratório central e em Recife, no Aggeu Magalhães, seria o laboratório de referência, que ainda não foi montado.

Vimos para o Aggeu Magalhães; voltamos à origem. Deixamos Garanhuns estruturado, com a pesquisadora bioquímica, que nós formamos, na chefia. Em Recife

assumi a chefia do departamento de microbiologia. Fomos designados pela Fundação Nacional de Saúde [FNS] para coordenar a campanha contra a peste em Pernambuco e coordenávamos também os laboratórios regionais de peste da Sucam. De Recife começamos a coordenar todo o Nordeste. Onde tinha peste no Brasil enviavam material para ser diagnosticado por nós.

O projeto inicial do Plano Piloto de Peste era permanecer seis meses ou um ano em Exu. Realizar as pesquisas básicas e estava encerrado. Nós passamos 35 anos. A criação da Fiocruz absorveu o pessoal do Aggeu Magalhães que era do INERu, e passamos a ser funcionários da fundação. Dos três pesquisadores de Exu, eu me aposentei, Darci também, e Alzira continua de pé.

Ficha técnica:

Local: Recife — Pernambuco

Duração: 7 horas

Entrevistadores: Tania Fernandes (Casa de Oswaldo Cruz)

Antônio Torres Montenegro (Universidade Federal de Pernambuco)

Texto introdutório e edição da entrevista: Tania Fernandes

